


Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti  
(Organizadora)




# O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**  
Editora

Ano 2021

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti  
(Organizadora)



# O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**  
Editora

Ano 2021

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadora:** Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

C262 O caráter sociopolítico e interventivo do serviço social 2 /  
Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta  
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-901-1

DOI 10.22533/at.ed.011211503

1. Serviço Social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa  
(Organizadora). II. Título.

CDD 360

**Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166**

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

A coletânea “O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social” está organizada em três volumes, que trazem experiências profissionais interdisciplinares em equipes de distintas regiões do Brasil, sendo apresentadas abordagens de análise de artigos de Revisão, artigos decorrentes de pesquisa – documental, exploratória, entrevistas, bibliográfica – Relatos de Experiência, dentre outros.

No ano de 2011 o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS lançou o documento *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social*, em 2021 uma década depois, reunimos nessa coletânea a complexidade de experiências profissionais permeadas do caráter sociopolítico e interventivo do Serviço Social que refletem concepções e escolhas do cotidiano profissional.

O segundo volume apresenta 24 capítulos e está didaticamente quatro eixos temáticos: Políticas Sociais no Brasil no contexto do Capital que apresenta dois artigos que tratam do aprofundamento do projeto ultraliberal e a exploração na relação capital e trabalho.

O segundo eixo temático coloca em evidência, através de quinze artigos, a temática do Serviço Social na Política de Assistência Social com a atuação em equipe multiprofissional e/ou interdisciplinar em distintos espaços profissionais, na defesa da garantia de direitos, no contexto de controle democrático, Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, Centro de Referência de Assistência Social, Medida Sócio Educativa, Proteção Social Básica, População em Situação de Rua, e interlocuções com outras políticas setoriais a exemplo SUS e SUAS, atuação frente à Pandemia de Covid-19, dentre outras.

O terceiro eixo temático traz a discussão do Políticas Sociais e Enfrentamento da violência através dos cinco artigos, que tratam da Lei Maria da Penha, Feminicídio, Racismo, Rede de Proteção e Trabalho Intersetorial.

O quarto eixo temático: Serviço Social e Preparação para a Aposentadoria apresenta duas experiências de trabalho com esse público.

Dessa forma, convidamos o leitor a conhecer os artigos, partilhar saberes e experiências nesse processo de eterna descoberta que é a produção e socialização do conhecimento.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

## SUMÁRIO

### POLITICAS SOCIAIS NO BRASIL NO CONTEXTO DO CAPITAL

#### **CAPÍTULO 1..... 1**

O APROFUNDAMENTO DO PROJETO ULTRALIBERAL E O SOFRIMENTO COMO INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO

Odair Dias Filho

Edvânia Ângela de Souza

**DOI 10.22533/at.ed.0112115031**

#### **CAPÍTULO 2..... 16**

A VIOLÊNCIA NA RELAÇÃO CAPITAL E TRABALHO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO NAS CENTRAIS DE TELEMARKETING

Maricelly Costa Santos

**DOI 10.22533/at.ed.0112115032**

### SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

#### **CAPÍTULO 3..... 27**

UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS DAS TENDÊNCIAS CONSERVADORAS NA ATUAÇÃO DAS/OS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Edístia Maria Abath Pereira de Oliveira

Catharina Cavalcanti de Melo

**DOI 10.22533/at.ed.0112115033**

#### **CAPÍTULO 4..... 38**

CONTROLE DEMOCRÁTICO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: OS DESAFIOS DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NO CONTEXTO ATUAL

Jucileide Ferreira do Nascimento

Heleni Duarte Dantas de Avila

Clícia Carolaine de Jesus Alves

Celina dos Santos Almeida

Cleiton Lima de Oliveira Barbosa

Juliana dos Santos Carmo

Rodrigo Sales Queiroz

**DOI 10.22533/at.ed.0112115034**

#### **CAPÍTULO 5..... 48**

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: APONTAMENTOS CRÍTICOS

Haidée de Caez Pedroso Rodrigues

**DOI 10.22533/at.ed.0112115035**

#### **CAPÍTULO 6..... 60**

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA: UMA ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE COARI, NO INTERIOR DO

## AMAZONAS

Cristiane Andrade da Costa  
Raimunda Nildes Pinheiro Moreira

**DOI 10.22533/at.ed.0112115036**

## **CAPÍTULO 7..... 70**

### A JUDICIALIZAÇÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

Edinilza de Oliveira Toledo  
Liliane Capilé Charbel Novais

**DOI 10.22533/at.ed.0112115037**

## **CAPÍTULO 8..... 79**

### OS DESAFIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FORTALEZA – CEARÁ

Leiliane Martinz de Oliveira  
Márcia Cristina Barros de Oliveira  
Luiza de Marillac Bernardo da Rocha Cavalcante

**DOI 10.22533/at.ed.0112115038**

## **CAPÍTULO 9..... 90**

### O SUAS E SUS NA REGIÃO DA AMEPAR E AS DEMANDAS GERENCIAIS PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Eliane Christine Santos de Campos  
Ana Cláudia Vieira Martins  
Silvio Redon  
Tihara Keli Maciel Siqueira Mantovani

**DOI 10.22533/at.ed.0112115039**

## **CAPÍTULO 10..... 107**

### MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Karen Coutinho da Silva  
Luciana Macedo Duarte  
Tháís da Silva Zeca Bastos

**DOI 10.22533/at.ed.01121150310**

## **CAPÍTULO 11..... 122**

### PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AOS IDOSOS EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID 19: EXPERIÊNCIA DE UM CRAS

Marcia Liliane Barboza Kurz  
Marisa Ighes Orsolin Morgan

**DOI 10.22533/at.ed.01121150311**

## **CAPÍTULO 12..... 133**

### A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PANDEMIA DO COVID-19: OS DESAFIOS PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PROTEÇÃO BÁSICA

Karen Coutinho Pereira

Thaís da Silva Zeca Bastos

**DOI 10.22533/at.ed.01121150312**

**CAPÍTULO 13..... 145**

**A DESPROTEÇÃO SOCIAL EM MOMENTOS DE CRISE E OS NOVOS DESAFIOS PARA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A PANDEMIA DA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ-SC**

Fabiane Ribeiro

Hilton de Souza Zeferino

**DOI 10.22533/at.ed.01121150313**

**CAPÍTULO 14..... 156**

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CIDADÃOS AINDA INVISÍVEIS E OS DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL PARA GARANTIA DE DIREITOS**

Gisele de Freitas Carvalho

Marcelo Ricardo Prata

**DOI 10.22533/at.ed.01121150314**

**CAPÍTULO 15..... 166**

**SAÚDE MENTAL, VULNERABILIDADE SOCIAL E CIDADANIA NO BRASIL: DO DIREITO À VIDA À MISTANÁSIA**

Bárbara Monique Pereira da Silva Leal

Renata Fernandes de Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.01121150315**

**CAPÍTULO 16..... 176**

**O TRABALHO COM GRUPO NO SERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO GRUPO DE APOIO AOS PAIS (GAP) DO CENTRO SUVAG DO RIO GRANDE DO NORTE**

Gisleane Silva de Araújo

**DOI 10.22533/at.ed.01121150316**

**CAPÍTULO 17..... 188**

**O CENTRO INTEGRADO DE JUSTIÇA JUVENIL COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO DE OPERACIONALIZAÇÃO DO ECA**

Ana Margarida Barbosa Santos

Maria Betânia Silva Magalhães

**DOI 10.22533/at.ed.01121150317**

**POLÍTICAS SOCIAIS E ENFRETEAMENTO DA VIOLÊNCIA**

**CAPÍTULO 18..... 192**

**VIOLÊNCIA E LEI MARIA DA PENHA: A PERMANÊNCIA DA DOR**

Luanna Karolyne de Oliveira Cavalcanti

Carina Felix Bezerra

Kíssia Wendy Silva de Sousa

Maria Gabrielle Chaves Silva

Maria Gabriella Florencio Ferreira

Maria de Medeiros Martins  
Marcelle Queiroz de Almeida  
Ingrid Raissa Guerra Lins  
Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento  
Paloma Lima dos Santos  
Rafaela Leandro Pereira

**DOI 10.22533/at.ed.01121150318**

**CAPÍTULO 19.....203**

**FEMINICÍDIO NO ESTADO DO PARÁ E SERVIÇO SOCIAL**

Edilcinha de Sousa Cavalcante Magalhães

**DOI 10.22533/at.ed.01121150319**

**CAPÍTULO 20.....215**

**CULTURA, RELIGIÃO E RACISMO: RETRATOS DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NA AMAZÔNIA BRASILEIRA**

Laryssa Sayury Garcia  
Michelle Christina de Souza Matos  
Brenda Luana Ribeiro Souza  
Lilian Mendes Pereira Barros  
Iris Tarcila da Conceição Baia  
Solange Silva Souza

**DOI 10.22533/at.ed.01121150320**

**CAPÍTULO 21.....222**

**VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS DO TRABALHO INTERSETORIAL NA PERSPECTIVA DE GARANTIA DE DIREITOS**

Ana Joice da Silva Peraro  
Marusa Fernandes da Silva  
Richardson Cramolichi

**DOI 10.22533/at.ed.01121150321**

**CAPÍTULO 22.....233**

**REDE DE PROTEÇÃO À MULHER: ROMPENDO COM A VIOLÊNCIA, O SILÊNCIO E A INVISIBILIDADE**

Josélia Barroso Queiroz Lima  
Kíria Silva Orlandi  
Aline Faé Stocco

**DOI 10.22533/at.ed.01121150322**

**SERVIÇO SOCIAL E PREPARAÇÃO PARA A APOSENTADORIA**

**CAPÍTULO 23.....245**

**TRILHANDO NOVOS CAMINHOS: REFLEXÃO EM MOMENTOS DE CRISE**

Carla Cristina Coelho Augusto Pepe  
Thaysa Maria Ribeiro Garcia  
Nelson Felix Lima Neto

Joyce Domingues da Silva Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.01121150323**

<b>CAPÍTULO 24.....</b>	<b>252</b>
<b>PROCESSO DE ENVELHECIMENTO E APOSENTADORIA: PERSPECTIVAS DOS TRABALHADORES DO DEINFRA PARA ESSA NOVA FASE DA VIDA</b>	
Jozadake Petry Fausto Vitorino	
<b>DOI 10.22533/at.ed.01121150324</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA.....</b>	<b>277</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>278</b>



# CAPÍTULO 1

## O APROFUNDAMENTO DO PROJETO ULTRALIBERAL E O SOFRIMENTO COMO INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO

Data de aceite: 01/03/2021

**Odair Dias Filho**

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo  
campus Baixada Santista

**Edvânia Ângela de Souza**

Universidade Estadual Paulista, campus  
de Franca (FCHS), UNESP-Franca. Profa.  
Colaboradora do Programa de Pós-Graduação  
em Serviço Social e Políticas Sociais - PPGSSPS

**RESUMO:** O Estado de exceção<sup>3</sup> e a necropolítica<sup>4</sup>, em suas várias expressões, inclusive nos meios de produção, promove a aniquilação da existência e da resistência. Este texto é um ensaio teórico, que versa a respeito do modelo de Estado e, no caso brasileiro, com o presidente Jair Bolsonaro tem avançado na precarização das relações de trabalho e radicalizado na implementação da necropolítica primeiro no discurso, agora como projeto.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estado de exceção. Necropolítica. Ultraneoliberalismo. Saúde do/a Trabalhador/a.

### THE DEEPENING OF THE ULTRALIBERAL PROJECT AND SUFFERING AS AN INSTRUMENT OF DOMINATION

**ABSTRACT:** The state of exception and

<sup>1</sup> Segundo Agambem (2004) o estado de exceção apresenta-se como a abertura de uma lacuna fictícia no ordenamento, com o objetivo de salvaguardar a existência da norma e sua aplicabilidade à situação normal, ou seja, é a suspensão da regra ou do estado de direito.

necropolitics, in their various expressions, including the means of production, promote the annihilation of existence and resistance. This text is a theoretical essay, which deals with the State model and, in the Brazilian case, with President Jair Bolsonaro has advanced in the precariousness of labor relations and radicalized in the implementation of the necropolitics first in the speech, now as a project.

**KEYWORDS:** Exception status. Necropolítica. Ultraneoliberalism. Health of the Worker.

### INTRODUÇÃO

*“Sem trabalho eu não sou nada, Não tenho dignidade Não sinto o meu valor Não tenho identidade”.* (Musica do trabalho - Banda Legião Urbana - VILLA-LOBOS, BONFÁ, RUSSO, 2020).

A história mostra que um Estado de Exceção se instaura de acordo com seu tempo histórico com o objetivo de defender os interesses das classes dominantes<sup>1</sup>. Em alguns momentos, tem ações mais duras, visível pela sua forma beligerante, em outros, mais populista, falando o que boa parte da população quer ouvir, mas todos têm alguns pontos em comum. Há casos de discurso para libertar o povo, em especial, de um suposto inimigo interno, em outros, o combate à corrupção. Também não se pode esquecer o discurso da modernização do Estado, aliás, isso já há muito

tempo, pois sempre que utilizamos da retórica para afirmar que determinados políticos não “agem de forma republicana”, devemos lembrar que a República também nasceu de um golpe, comandado por um militar, reconhecido por muitos como herói e citado em nossos livros de história, o Marechal Deodoro da Fonseca.

Nesse sentido, atualmente vivemos a contundente instauração de um Estado de exceção caracterizado pelo desmonte das políticas públicas, repressão a movimentos sociais e organização de trabalhadores, além do extermínio da população negra, de mulheres, de LGTB+, o eminente retorno da censura com a demissão de jornalistas, inclusive de aliados, que fizeram críticas pontuais ao atual governo, de Jair Bolsonaro (Sem Partido), sem contar a contrarreforma da Previdência social, ocorrida em 2019, que cria sérios impedimentos para o acesso aos benefícios previdenciários e aposentadorias. Ademais, crescem as situações de nepotismo e, sobretudo, a propagação do ódio e da intolerância. Tudo isso são fatos recentes que configuram as estratégias de um governo ultraliberal na economia e ultraconservador nos costumes, radicalizando um profundo ataque aos direitos humanos, à educação, à saúde, às formas de acesso do pobre aos direitos essenciais, demonstrando a continuação de nossa história em vários momentos equivalentes.

Nessa breve análise, faremos um exercício dialético de compreender esse processo de ressurgimento de outras e novas formas de totalitarismos.

Ao longo da história, o Brasil viveu breves momentos de democracia, sempre interrompidos por golpes orquestrados pela classe dominante, a fim de reaver plenamente seu controle e aprofundar o processo de exploração da classe trabalhadora. A própria República nasceu de um golpe, comandado pelo marechal Deodoro da Fonseca, no momento em que os negros tomavam constantes as ações por liberdade.

Naquele contexto, o movimento abolicionista defendia o fim da escravidão sem indenização aos escravocratas e se falava no parlamento em profissionalizar os negros libertos e democratizar o acesso à terra. Eis o cenário propício para o primeiro golpe militar no Brasil, lembrando que o oficialato brasileiro tal como é hoje, sempre foi majoritariamente ocupado por membros das elites e suas famílias “tradicionalistas”.

Com o fim da “escravidão oficial” fruto da luta dos negros escravizados, principalmente, mas com o apoio dos abolicionistas, os negros foram largados sem qualquer amparo ou política pública de apoio (SILVA, 2017). Não puderam ficar nos grandes centros e foram expulsos para os territórios mais distantes, sem estrutura alguma e tendo seu direito de existir cerceado pelo Estado, que passava a implementar uma política de branqueamento no Brasil. Essa política incluía a imigração europeia para atuar como força de trabalho nos latifúndios, que, até então, utilizava força de trabalho escravizada. Desse modo, quando falamos no direito de existir sendo massacrado, entende-se que este massacre tanto se deu pelas leis positivadas por esse Estado, quanto pelas relações sociais, pautadas pelo racismo estrutural e demais formas. A lei da vadiagem é um exemplo disso.

Entretanto, outras ações seguem aprofundando esse projeto, como por exemplo,

a extinção de conselhos Federais restringindo a participação da sociedade civil. Outra medida recente, é a reedição de decretos que retiram dos Conselhos a participação de profissionais e entidades que representam a respectiva sociedade, considerando que, ou atuam diretamente em segmentos importantes, como a área da saúde ou produzem pesquisa e contribuem para desenvolver soluções para os problemas que afligem em especial, as classes trabalhadoras.

Compreender que esse Estado de exceção é uma construção histórica ininterrupta e tem seus atores caracterizados por elementos fincados nesse processo, é preponderante para avançar numa ação contra hegemônica, para hoje no mínimo, não permitir mais perda de direitos históricos e essenciais para as classes subalternizadas e para os níveis de civilidade.

## **TOTALITARISMO ULTRALIBERAL E OS TENTÁCULOS DO EXTERMÍNIO DA EXISTÊNCIA E DA RESISTÊNCIA**

*Mas quando chega o fim do dia Eu só penso em descansar*

*E voltar pra casa pros teus braços...*

*...Quem sabe esquecer um pouco De todo o meu cansaço Nossa vida não é boa*

*E nem podemos reclamar*

(Música do trabalho – Banda Legião Urbana - VILLA-LOBOS, BONFÁ, RUSSO, 2020))

A saúde do trabalhador e da trabalhadora está diretamente ligada às formas de organização e regulação do trabalho, portanto ao conjunto de segurança estabelecido pela sociedade. Dessa forma, o aprofundamento do neoliberalismo propicia nesse momento - que é hegemônico pelo capital financeiro -, a retirada dos direitos sociais e a apropriação do Fundo Público, essenciais para o êxito desse projeto da classe dominante.

Em uma perspectiva de classe, a saúde do(a) trabalhador(a), sob sua característica coletiva, é produto das relações de trabalho e das conveniências que suas mudanças selam através da reorganização das forças produtivas, seja pela precarização das relações de trabalho, seja pelo desmonte das políticas públicas de saúde, de previdência, de assistência, ou seja, da seguridade social e do trabalho que influenciam diretamente na expressão objetiva das condições de vida e trabalho.

Marx e Engels (1987) explicam que ao se analisar um fato particular deve-se empiricamente dar relevo a conexão orgânica entre a estrutura social e política e o modo de produção. Assim, pode-se entender que os agravos à saúde dos(as) trabalhadores(as) não são problemas particulares desta ou daquela pessoa, obviamente que são vividos singularmente, mas são problemas sociais frutos da organização e relações sociais de trabalho mais gerais, mediado por várias partes que compõem a totalidade do mundo do trabalho e das relações estabelecidas (LOURENÇO, 2009, p. 48).

Assim, não há como entender problemas relacionados à saúde do(a) trabalhador(a) sem estabelecer a relação com o trabalho, suas formas de exploração, intimidação, opressão e coisificação da vida e do tempo, este último elemento, sendo preponderante para o sucesso do lucro e para produção da mais valia.

O sofrimento do trabalhador e da trabalhadora que não se limita no tempo em que está no trabalho, na linha de produção ou nos serviços, como aponta Ricardo Antunes em “*O Privilégio da Servidão*”, são características das novas formas de configuração de trabalho, em especial, no crescimento vertiginoso do setor de serviços, onde se configura a informalidade, a exploração, o sofrimento e o esmagamento da existência do ser social em sua auto compreensão como ser social.

[...] o capitalismo atual apresenta um processo multiforme, no qual informalidade, precarização materialidade e imaterialidade se tornaram mecanismos vitais, tanto para manutenção quanto para ampliação da lei do valor. a enorme expansão do setor de Serviços e dos denominados trabalhos imateriais que subordinam que se subordinam a forma mercadoria como confirma essa hipótese, dado seu papel de destaque no capitalismo contemporâneo. O mito de que a “Sociedade de Serviços pós-industrial eliminaria completamente o proletariado, se mostrou um equívoco enorme (ANTUNES, 2018, p. 33).

É vasta a cruel instrumentalidade metodológica do capital no processo de des-significar o trabalhador, eliminar seu senso crítico e dominar pelo medo, num processo de hierarquia que por muitas vezes captura a identidade de classe do(a) trabalhador(a), que, de certa forma, ascende a postos intermediários de gestão, seja de gerencia, seja de supervisão ou o trabalho por conta, tal como a “uberização” como um ganho, já que possibilita uma forma de sócio reprodução imediata. Essa estratégia do capital permite reproduzir de forma automática as formas mais desprezíveis de controle e domínio do local onde se dão as relações de trabalho, o que foi definido pelos autores Roberto Heloane e Margarita Barreto, como gestão por humilhação, que se efetiva através do assédio moral e sua reprodução em todos os níveis de chefia, gerencia etc. das relações de trabalho.

Heloane e Barreto (2018) apresentam importantes reflexões a respeito do assédio moral e as conveniências para a vida de trabalhadores(as), entre outras constatações, percebe-se que por muitas vezes, as formas de violência se naturalizam diante dos olhos dos outros, mas a maior gravidade está nos micro traumas psicológicos, incessantes e frequentes, que perduram por anos.

Sem dúvida tratasse de um processo manipulador que procura anular a vontade do outro, que se apresenta como uma ameaça real ou imaginária a organização. Daí está implícito empurrá-lo- para a demissão. Intencionalidades do ato, pode ser constatada pela repetição e duração desta pratica, envolvendo os mesmos atores que perturba valores e altera o cabedal emocional (HELOANE; BARRETO, 2018, p. 65).

Para Antunes (2018) o capital não se valoriza sem realizar alguma forma de interação entre trabalho vivo e o trabalho morto. Pelo contrário, ele procura aumentar a produtividade do trabalho, intensificando os mecanismos de extração do sobretrabalho. Nesse sentido, a relação com os mecanismos de pressão dos(as) trabalhadores(as), a normatização do assédio moral - que pode se dar pela expectativa de produção da empresa que cobra isso através de metas na maioria dos casos inatingíveis, é fator corriqueiro nos meios de produção, seja na indústria ou no serviço (BARRETO apud SOUZA, 2019). O setor de serviço, como colocado na obra de Antunes (2018), toma formas de organização de produção industrial em seu conceito, ou seja, institui mecanismos de aumento da produtividade, com vistas a maior a extração de mais valor do trabalho assalariado.

É preciso se atentar para a ligação direta entre o modo de produção e o Estado, que aliás como muitos pensam equivocadamente, o Estado não se basta, não tem vida própria ou direção retilínea. Ele atende neste e em outros momentos a interesses de uma classe dominante, cujo capital é hegemônico pelo setor financeiro e pelo capital especulativo, quando não, por segmentos como os bancos que vivem exclusivamente do rentismo, mas também de sua associação ao capital produtivo que atende a direção das cartilhas de seus órgãos dirigentes globais, como por exemplo, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e outros.

Como já dito, o capitalismo em suas crises, hora cíclicas e, hoje, sistêmica, não sobrevive sem sugar o pouco que resta do Fundo Público, uma vez que boa parte deste vai para pagamento da dívida pública e especulação, o que deixa sobrar muito pouco para ser investido em políticas públicas, e o que resta é disputado por outros setores, de acordo com as prioridades e interesses do Poder Executivo, seus aliados e financiadores.

Retomando as crises do capitalismo, no livro *As Crises do Imperialismo*, na edição portuguesa de 1980, o autor Samir Amim nos diz o seguinte:

O modo de produção capitalista é caracterizado por uma contradição imanente: a que opõe o caráter social crescente das forças produtivas ao persistente caráter acanhado das forças de produção. Essa contradição aparece logo a partir da origem e não aponta então a iminência de um desabamento final. Foi ultrapassada, pelo menos durante um século, pela expansão do sistema e simultaneamente, pela renovação de seu modelo de acumulação (AMIM, 1980, p. 05).

O texto original é de 1975, em francês, e a edição utilizada aqui é a portuguesa de 1980. Ainda contemporâneo, o referido autor mostra que o tempo de se reorganizar do capital é outro, é dinâmico e acontece sob um círculo que muitas vezes está além de nossa percepção em tempo real. Quando se percebe, ele já está posto em novas relações de trabalho, ainda que em alguns momentos de nossa história as correlações de forças motivadas pela divisão internacional do trabalho e as configurações geopolíticas do mundo, os trabalhadores(as) tenham obtido algum avanço através de suas organizações de classe,

movimentos sociais, partidos políticos do campo progressista e muitos desses avanços se deram, por exemplo, impulsionados pela Revolução Russa e a consolidação do socialismo real, com a União Soviética se tornando uma grande potência, frente aos países de capital avançado.

Tudo isso é importante para não perder de vista que as questões ligadas à saúde dos(as) trabalhadores(as) estão presentes nessas configurações das forças produtivas, com o avanço do bloco histórico<sup>2</sup> sempre de forma violenta, seja ela beligerante, seja ela com mudanças que desmontam toda rede de proteção social, seguindo na marcha de imposição de seu projeto “mefistotélico”<sup>3</sup> pronto para sugar o sangue e a consciência da classe trabalhadora.

A 4ª Revolução industrial (4ª R.I.) ou Indústria 4.0 é a mais nova expressão desse projeto para além de adaptar a produção às novas tecnologias, para além de incorporar força de trabalho altamente qualificada para os novos meios de produção. Na verdade, é a expressão mais contundente do discurso de modernidade que vem sendo apresentado pelas elites e seus meios de comunicação através de governos liberais. Neste discurso, oferecem um mundo maravilhoso, onde o trabalhador terá liberdades de escolha do horário de trabalho, terá mais tempo para a família, para o lazer através de contratos flexíveis (quando houver contrato) que permitam ao colaborador, sim colaborador, pois para que esse projeto de “pactuação produtiva” para prosperar é preciso vestir a camisa, sentir-se parte, afinal todos ganham, não é mesmo?

A respeito da 4ª R.I., o autor Klaus Shawab, na obra *A quarta Revolução Industrial* (SHAWAB, 2016) traz importantes elementos para a compreensão desse processo de intensificação da modernização do capital.

Apesar do potencial impacto positivo da tecnologia no crescimento econômico, é essencial, contudo abordar o seu possível impacto negativo, pelo menos a curto prazo no mercado de trabalho. Tendo em conta esses fatores impulsionadores, há uma certeza: as novas tecnologias mudarão drasticamente a natureza do trabalho em todos os setores e ocupações. A incerteza fundamental tem a ver com a quantidade de postos de trabalho que serão substituídos pela automação. Quanto tempo isso vai demorar e aonde chegará? (SHAWAB, 2018, p. 41- 42).

---

2 Coloca-se em outro plano, como já afirmado, o conceito de *bloco histórico*, que se refere à questão teórica central do marxismo: a relação entre estrutura e superestrutura, entre teoria e prática, entre forças materiais e ideologia. Gramsci rejeita toda visão determinista e mecanicista desta relação. Não existe uma estrutura que mova de modo unilateral o mundo superestrutural das ideias, não há uma simples conexão de causa e efeito, mas um conjunto de relações e reações recíprocas, que devem ser estudadas em seu concreto desenvolvimento histórico. É fundamental quanto a isso a pesquisa empreendida nos *Cadernos do cárcere*. Gramsci tende a considerar abstrata a distinção entre estrutura (as relações sociais de produção) e superestrutura (as ideias, os costumes, os comportamentos morais, a vontade humana). Na concretude histórica, há convergência entre os dois níveis, uma convergência que conhece a distinção e a dialética, mas que se resolve numa “unidade real”. Num modo sintético, na forma como foi empregado no Texto, entende-se o Bloco Histórico enquanto aliança estratégica e, por vezes, tática da Burguesia e de agentes para defender seus interesses no Estado, para implementar e legitimar dando legalidade a seu projeto de classe (GRAMSCI, 2019).

3 Mefisto ou Mesfistófolis é um personagem do clássico poema trágico Fausto, do escritor alemão Johann Wolfgang von Goethe, dividido em duas partes. Nele, o homem faz um pacto com o mal, com o demônio deixando-lhe aquela dívida eterna e quem sabe inevitável.

Desse modo, parece que o espírito e o eixo discursivo da 4ª Revolução industrial e a possibilidade de harmonia do mundo físico, digital e biológico não está muito longe de ser possível, mas em uma realidade absolutamente contraditória, na qual sobressaem a fome, o desemprego, a miséria e o “tal do desalento” - termo utilizado para designar aqueles(as) que desistiram de procurar emprego por uma série de fatores, inclusive em decorrência do adoecimento físico e psicológico.

Neste tão complexo cenário brasileiro, onde o desemprego vem aumentando de forma catastrófica e a máxima do trabalho precário, por conta e intermitente: “melhor isso que estar desempregado” vem se tornando regra, o que cria uma espécie de gratidão, que leva o/a trabalhador/a a agradecer pelas “migalhas” e o direito de ser humilhado e explorado, assumindo as formas cada vez mais precarizadas de trabalho, como adequadas.

O autor Sadi Dal Rosso traz no livro *O ardil da flexibilidade*, no qual apresenta uma importante pesquisa a respeito desse processo nos países centrais como o Brasil, tendo como uma das bases o censo em vários momentos históricos, com vasto campo de dados: “A ideia de que o trabalho flexível não apresenta menor produtividade do que o trabalho distribuído em horários fixos tradicionais não implica que os trabalhadores tenham controle sobre as decisões de horários rígidos ou flexíveis” (DAL ROSSO, 2017, p. 162).

O adoecimento psicológico aparece primeiro como expectativa, depois como angústia como nas formas de contrato ou relação de trabalho inseguros e ou marcados pelas exigências de produtividade, cumprimento de metas e sistemas de avaliação.

Com o advento da aprovação da reforma trabalhista do governo Temer (LOURENÇO, 2018) , a introdução do trabalho intermitente, por meio do qual pode-se trabalhar apenas algumas horas por semana, o que gera uma forte insegurança social a respeito da sócio reprodução. Sem escolha o/a trabalhador/a acaba por submeter-se a essas formas de contrato.

A atual crise do Capital que culmina com a violenta implementação de novas formas de relações de trabalho, perda de direitos históricos e a própria proteção do trabalho, além do altíssimo desemprego, a partir do qual cresce o desespero social e a desilusão ante as agruras da condição de existência enquanto ser social:

Portanto, o trabalho tem importância fundamental na história da humanidade para o seu desenvolvimento material e social. Para Lukács (1979), é o salto teleológico do homem em relação com a natureza, pois é a partir do movimento da dupla transformação: homem e natureza e, por conseguinte, da conformação da práxis social, que se desenvolve o ser social. O trabalho implica em um movimento indissociável entre a subjetividade daquele que opera a ação no plano subjetivo, idealiza o produto e o processo; e a objetividade que corresponde ao produto da ação ou a natureza modificada. O trabalho orienta a reprodução social e é pelo processo de trabalho que o homem traduz as objetivações dos produtos idealizados e de si mesmo, a relação é orgânica (LOURENÇO, 2009, p. 51).

## ADOCIMENTO, PARA ALÉM DA ANGSTIA, PARA AQUÉM DO MEDO

Lourenço (2009), em sua tese de doutorado, permite compreender a ligação do trabalho enquanto categoria central da vida social em seus vários aspectos, ainda que não por acaso, mas por um processo de construção ideológica, muitas vezes, muitos trabalhadores(as) não percebiam isso, pois como afirmado na Ideologia Alemã, Marx e Engels (2007), as ideias dominantes são ideias de classe dominante.

Todo esse aparato social, tecnológico, teleológico, existencial e acima de tudo das relações sociais que consolidam o trabalho como categoria social fundamental para o desenvolvimento do ser social, todavia, a forma como o trabalho está organizado e o modo como é gerido estabelece uma negatividade social, que pode ser vista nas formas de acidentes de trabalho e de adoecimento, sem contudo, indicar o nexo causal com o trabalho, sendo que neste contexto, há um agravamento desse quadro social e de saúde, como são os casos, inclusive de suicídio, que denotam não apenas a deterioração do corpo físico e mental, mas da existência enquanto ser social.

Esse sofrimento aumenta com o absurdo de um esforço no trabalho que em troca não permitir satisfazer as expectativas criadas no plano material, afetivo, social e político. As consequências desse sofrimento para o funcionamento psíquico e mesmo para a saúde são preocupantes, como veremos mais adiante neste livro. Mas o sofrimento não desativa a maquinaria de guerra econômica. Ao contrário, alimenta-a, por uma sinistra inversão que cumpre elucidar. Na verdade, homens e mulheres criam defesas contra o sofrimento padecido no trabalho. As “estratégias de defesa” são sutis, cheias mesmo de engenhosidade, diversidade e inventividade. Mas também encerram uma armadilha que pode se fechar sobre os que, graças a elas, conseguem suportar o sofrimento sem se abater” (DEJOURS, 2010, p. 18).

Observa-se que este modo de produção e reprodução do capital se alimenta e dissemina a violência psicológica, inclusive se valendo das relações étnico-raciais e de gênero para manter a pressão social em toda a sociedade pela subordinação e subjugação, como atestam tantas consequências expressadas nas mais variadas formas de materialização da questão social.

Esse processo de reprodução social e da violência não passa totalmente despercebido pela população, segmentos sociais cantam suas mazelas, seus meios e suas dores oriundas dessas relações, tão repletas de fantasmas, alienação e resistência. Dois exemplos de letras de músicas auxiliam nessa compreensão: uma trata das intervenções urbanas e outro sertaneja, como seguem.

Poder-se-ia ter trazido letras de músicas, talvez até mais conhecidas pela sofisticação estética, como a tradicional música popular brasileira (MPB), mas optou-se pelo estilo que está mais densamente incorporado à classe trabalhadora e que, ao mesmo tempo, consegue constatar e fazer a crítica a esse modo de produção.



*Cuidado senhora, tome as rédeas da sua cria.*

*Porque chefe da casa trabalha e nunca está*

*Ninguém vê sair, ninguém escuta chegar*

*O trabalho ocupa todo o seu tempo*

*Hora extra é necessário pro alimento*

*Uns reais a mais no salário*

*Esmola de patrão, cuzão milionário*

*Ser escravo do dinheiro é isso, fulano*

*Trezentos e sessenta dias por ano, sem plano*

*Se a escravidão acabar pra você*

*Vai viver de quem? Vai viver de quê?"*

(Racionais MC'S - Periferia é periferia, BROWN, 2017).

Nessa música, Racionais MC'S trazem vários elementos que reforçam a discussão realizada neste texto, um deles quando remete à mãe a responsabilidade do filho não sair das "rédeas", aqui evidencia-se a relação de gênero patriarcal imposta historicamente e tão intensamente reproduzida pelo sistema do capital. Segue o autor nesta canção, explicando que: "porque o chefe da casa "trabalha" e "nunca" está", aqui, há uma crítica ao patrão, mas, ao final, questiona: se essa escravidão acabar vai viver de quê?

A partir daí, é importante chamar a atenção para o sofrimento impingido pela reprodução hierárquica nas relações, quando se sobrecarrega os ombros da mulher com a divisão sexual do trabalho, situando-a na condição de responsável pelos cuidados e responsabilidade dos filho(a)s, mas também a desesperada prioridade na tarefa de prover minimamente a casa e a segurança, ainda que mínima, dos seus. Mesmo que o autor não revele conscientemente esse processo, que se compreende de sofrimento e que pode resultar em adoecimento, pois há uma sobrecarga física e emocional das mulheres tanto no trabalho, quando assumem dupla ou até mesmo tripla jornada de trabalho, quanto na responsabilidade de garantir a sócio reprodução e os cuidados daí derivados, tais como: saúde e educação, mas, cabe sublinhar que esse processo foi (e é) naturalizado e repetido cotidianamente.

Como tolerar o intolerável? Indubitavelmente, quem perdeu o emprego, quem não consegue empregar-se (desempregado primário) ou reempregar-se (desempregado crônico) e passa pelo processo de dessocialização progressivo, sofre. É sabido que esse processo leva a doença mental ou física, pois ataca os alicerces da identidade. Hoje, todos partilham um sentimento de medo - por si, pelos próximos, pelos amigos ou pelos filhos - diante da ameaça de exclusão (DEJOURS, 2010, p.18).

Alguns institutos de pesquisa hoje em seus levantamentos trazem uma categoria para além de empregados ou desempregados, formais ou informais, trata-se dos

desalentados, como comparece nos dados estatísticos produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são aquela(s) que desistiram de procurar emprego e seguem no “desalento”, o caso é que não apenas a crise econômica motiva isso, mas esse processo de distanciamento das possibilidades e até de fora do exército industrial reserva, avaliando os textos que embasam esse artigo já pode ser possível observar um processo de adoecimento dessas trabalhadoras e trabalhadores.

Mas, voltando às canções que trazem a percepção da classe trabalhadora para as complexidades das relações de trabalho e meios de produção, considera-se sutil a descrição da massa falida no verso da música que segue:

Os camuflados e samaritanos Nos estão levando a fatalidade  
e Ignorando o holocausto da fome  
Tirando do homem a prioridade  
*O operário do lucro expoente*  
*E a parte excedente não lhe é revertida*  
*Se aderirmos aos jogos políticos*  
*Seremos síndicos da massa falida*

(Duduca e Dalvan-Massa falida, DALVAN, 2020).

Esta é uma música sertaneja de 1985, de uma tradicional dupla sertaneja, ainda advinda da música caipira, aliás, pois assim meu velho pai chamava essas canções, seguindo a análise não vejo mera coincidência desse trecho da música com nossa atual conjuntura, no período em que foi gravada e fez sucesso estávamos saindo da ditadura Militar e havia forte influência ainda deles na política nacional.

René Dreifuss em seu livro: “O jogo da Direita” escreve sobre a “Sociedade Armada”, nessa obra de 1989 assim ele começa descrevendo esse segmento que é sim político e autoritário, pois: “Devemos levar em consideração que as forças militares do país são resultantes de um processo de configuração consolidação, expansão e projeção de uma verdadeira sociedade, com sentido e alcance político, apoiada nas armas”(DREIFUSS, 1989, p. 26).

A elite brasileira é herdeira dos escravocratas e traficantes de negros, genocidas e latifundiários que com o passar do tempo e com a reorganização das forças produtivas, principalmente na década de 1930 seus descendentes passaram a migrar para outros segmentos econômicos ou até se mantendo na agricultura, mas diversificando a produção e reconfigurando as relações de trabalho e produção a partir, da imigração europeia em especial dos italianos, o que já era parte da política de branqueamento do Brasil afim de eliminar todo e qualquer resquício de existência dos negros, sejam seus corpos extraditados para os confins da precariedade e vivendo sob a miséria e a constante repressão do Estado, que inclusive criava leis que criminalizavam sua identidade cultural e sua condição econômica,

tais, como são exemplos, a lei da vadiagem e a criminalização da capoeira (SILVA, 2017).

A lei da vadiagem, na maioria das muitas vezes, servia para encobrir os abusos da polícia em uma época de altíssimo desemprego, em especial para população negra, que não tinha acesso à educação ou à formação profissional (SILVA, 2017). Essa referência auxilia na compreensão da particularidade do capitalismo brasileiro e a atual discussão da necropolítica<sup>4</sup>, enquanto política de extermínio da existência, e da resistência, mas também é um processo desde sempre presente nas ações do Estado gerenciado pelas elites brasileiras e associadas ao imperialismo. Em tempos de autoritarismo ultraliberal e regulação dos costumes pelo Estado, a necropolítica também pode ser vista nas pressões exercidas nas relações de trabalho, pois também cumpri o objetivo de suprimir a identidade de classe do\ trabalhador\la e a partir daí a captura de sua consciência:

Do reconhecimento depende na verdade o sentido do sofrimento. Quando a qualidade de meu trabalho é reconhecida, também meus esforços, minhas angústias, minhas dúvidas, minhas decepções, meus desânimos adquirem sentido. Todo esse sofrimento, portanto, não foi em vão; não somente prestou uma contribuição ... organização do trabalho, mas também fez de mim, em compensação, um sujeito diferente daquele que eu era antes do reconhecimento do trabalho, ou mesmo da obra pode depois ser reconduzido pelo sujeito ao plano da construção de sua identidade (DEJOURS, 2010, p. 34).

## **ESTADO DE EXCEÇÃO E NECROPOLITICA AVANÇANDO EM SUA MARCHA FÚNEBRE**

O discurso de defesa da soberania sempre foi um dos argumentos para o endurecimento de ações de repressão seja pelo braço repressor do Estado, seja pelas instituições e políticas públicas, que, nesses momentos, disseminam o discurso de suposto “inimigo interno”, da necessidade da segurança nacional e modernização do Estado para combater a corrupção, com indicativos ainda de gerar emprego, tudo isso, ressoa no senso comum, como estratégia legítima para a consolidação dos projetos mais sórdidos da burguesia e que não atendem aos interesses da classe trabalhadora.

A necropolítica enquanto ação e projeto das elites através do Estado não está desvinculada das relações de produção que adoecem o trabalhador e a trabalhadora, atenta-se para Mbembe que diz: “Minha preocupação é com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2018, p. 10-11).

Pensar a saúde do(a) trabalhador(a) para além da relação de produção também é preponderante compreender o nexu causal de diversas formas de adoecimentos físicos e

<sup>4</sup> Segundo Mbembe (2018) a necropolítica se caracteriza pelas formas contemporâneas de subjugar a vida ao poder da morte, reconfiguradas a partir das relações existentes entre resistência, sacrifício e terror.

psíquicos, mas nem sempre contabilizados nas estatísticas oficiais, até mesmo porque a grande massa da classe trabalhadora reside em bairros afastados e, apesar do Sistema Único de Saúde (SUS) e de todo avanço que esse sistema representa, ainda há ausência de unidades\serviços de saúde na periferia, ou a sua presença é extremamente precária, conforme o desmonte atual das políticas de saúde, por exemplo, a política de saúde mental. Aqui, reforça-se que o extermínio não ocorre apenas pela força repressora do Estado, mas também e, essencialmente, pela sua ausência, no caso, pelo desfinanciamento de políticas sociais.

A presença da doença no corpo passa a precisar do crivo do médico, não do clínico indiciário, mas desse outro artífice normalizado pelo Estado, que por suas origens sociais e com um saber e práticas novos, fundamentados na propedêutica armada de tecnologias trazidas pela evolução científica, é formado e cooptado para atuar dentro daqueles parâmetros e paradigma, avalizando-os. E ele quem vai dar o nome, conceituar e medir o grau da lesão ou o estado da doença é agora um técnico do sistema (RIBEIRO, 1999, p. 74).

Herval Pina Ribeiro no livro “A violência oculta do trabalho” (RIBEIRO, 1999) evidencia como os(as) trabalhadore\la(s) que adoecem no\pelo trabalho não se constituem em maiores preocupações por parte dos médicos do trabalho, que não evidenciam o papel do trabalho no processo saúde doença. O autor especifica como os tentáculos do Estado garantem a implementação do projeto burguês, quando isso não acontece pela ponta das baionetas e bicos dos coturnos, ela vem de complexos planos e estratégias que se articulam às sombras da ameaça e do medo num país onde o Estado de Exceção deu breves momentos de alívio e suposto assentamento da democracia.

Na atualidade, vivencia profundo desmonte das políticas públicas essenciais, mas o Estado que se ausenta na implementação das políticas públicas, se faz presente pelas Forças armadas, que ocupam comunidades prevalentemente formadas por negros e negras, os quais são alvos de verdadeiros extermínios, localidades essas sem qualquer infraestrutura de saneamento, moradias adequadas, equipamentos sociais e onde a população pobre é deixada à deriva submetida a toda sorte de violência e violações.

O capital e suas relações de produção, exploração e domínio, suas estratégias, sua forma de controlar, de gerir pela humilhação, mas, sobretudo, pelo medo, cria e recria constantemente o nexo causal do processo de adoecimento do\la trabalhador\la, estendendo-o para a sua família e pelo abandono de seus corpos à esmo, a partir, por suposto, da mais profunda insegurança vivida pelo exército industrial de reserva.

Giovani Alves, em: *A tragédia de prometeu: a degradação da pessoa humana que trabalha na era do capitalismo manipulatório* (ALVES, 2016), aborda, entre outras, as questões geracionais, com foco para a classe trabalhadora, sublinha que os jovens, em especial, aqueles que têm mais escolaridade e os compara a Ícaro, que embora haja expectativa da satisfação laboral, o\la jovem trabalhador(a) se depara com a degradação

humana e, aí, se depara com um processo como se estivesse num labirinto, que ao utilizar suas asas de cera para voar rumo ao sol, aqui simbolizando o fetichismo salarial, se depara com sua derrelição e sua queda então, a partir daí, o autor remete ao tempo presente para compreender que esse jovem está imerso às relações estranhadas e fetichizadas, mas para encontrar uma brecha (alternativa de enfrentamento) para além do fatalismo, é importante a consciência de classe.

Alves (2016) refere que o(a) trabalhador(a), em sua maioria aposentados ou pensionistas com mais de 60 anos de idade, que ele define como gerontariado, Alves (2016, p. 256-257) é uma expressão da precarização do trabalho. Nesse sentido, reforça-se a necessidade de chamar a atenção para a compreensão de como o modo de produção e respectivas relações de trabalho são preponderantes redefinir padrões e relações sociais, que embora sejam expressões de precariedade, ganham forma apenas de novas configurações do mundo moderno e que numa sutil violência tem sua reprodução naturalizada e mecanizada sob a cegueira da cooptação da consciência e da epidemia do medo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado é o gerente dos interesses da burguesia, para tanto produz o extermínio e/ou abandona a sua população à própria sorte, assim é que produz epidemias, mas acima de tudo, produz o medo e a ausência de expectativas, o modo de produção está organizado para espalhar epidemias e vender a suposta cura, pois sempre que endurece seu projeto sob a forma de Estado de Exceção, o faz sob o discurso da salvação, pois vai ficar ruim, para não ficar pior, o remédio é amargo, mas necessário.

Vive-se hoje momentos ainda mais complexos, pois o Estado de Exceção se instala através do voto com a tarefa de aprofundar um projeto ultraliberal e antinacional. De desmonte de direitos e de entrega de setores econômicos estratégicos aos grandes conglomerados internacionais, o que não se faz sem desregular as relações de trabalho e promover o intenso desmonte dos direitos sociais, intensificado pelo seu desfinanciamento causado, sobremaneira, pela privatização de setores importantes e pela transferência do fundo público ao grande capital.

O voraz ataque à educação pública, à ciência e tecnologia, à saúde, à assistência social, à previdência social, ao trabalho, ao controle social, aos direitos humanos, e, de outro lado, a participação massiva de militares em todos os setores do governo, entre outros fatores deixam evidente o projeto ultraliberal antinacional no Brasil, que, por vez, acaba por sacrificar o(a) trabalhador(a) e exterminar aquele(a) que o capital já não têm interesse, especialmente, a população negra, visto as diversas intervenções da força Nacional e das Forças armadas contra comunidades inteiras e, ainda, contra, as forças progressistas. Portanto, é importante que a esquerda brasileira se constitua em um

verdadeiro intelectual orgânico junto à classe trabalhadora para enfrentar esse estado de coisas. É necessário repensar a tática de acesso ao poder limitado ao processo eleitoral, pois com a prisão do ex presidente Luis Inácio Lula da Silva (PT), o que era parte do golpe parlamentar, jurídico e midiático, essa via – eleitoral-- ficou dificultada, ainda assim uma solução para além do lulismo e com perspectiva de classe e o único modo de reverter esse quadro e minimamente garantir direitos e retomar o que foi retirado, mas é necessário construir um projeto para além dessas questões.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 142.

ALVES, Giovani. **A tragédia de prometeu: a degradação da pessoa humana que trabalha na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Editora Canal 6, 2016.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço da era digital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

AMIN, Samir. **Uma crise estrutural**. Cap. I. In: A crise do imperialismo. Rio de Janeiro: Editora Terceiro Mundo, 1980.

BROWN, Mano. **Periferia É Periferia Racionais MC's**. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/racionais-mcs/72468/>. Acesso em: 28, fev., 2020.

DALVAN, Domiciano. **Massa Falida**. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/duduca-e-dalvan/357464/>. Acesso em: 28, fev, 2020.

DAL ROSSO, Sadi. **O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor**. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

DEJOURS, Christophe. **A Banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

DREIFUSS, Rene. **O Jogo da direita**. São Paulo: Vozes, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Gramsci e o Brasil** (2019). Disponível em: <https://www.acesa.com/gramsci/?id=632&page=visualizar>. Acesso em: 28, jul., 2019.

GOETHE, Johann Wolfgang von. **Fausto**. W. M. Jackson Inc. Editores, 1956.

HELOANI, Roberto; BARRETO, Margarida. **Assédio moral: gestão por humilhação**. Curitiba: Editora Juruá, 2018.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. **Na trilha da saúde do trabalhador: a experiência de Franca/SP**. UNESP- Franca, 2009.

\_\_\_\_\_. Entrevista: reforma trabalhista e os seus impactos para a saúde do\la(s) trabalhadore\la(s), com Edvânia Ângela de Souza Lourenço. **Pegadas**. A Revista da Geografia do Trabalho, vol. 19, no. 01. 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5821/4448>. Acesso em: 01, dez, 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MBEMBE, Achile. **Necropolítica, biopoder, soberania, Estado de exceção, política da morte**. 3ª ed. São Paulo: M1 edições, 2018.

RIBEIRO, Herval P. **As lesões por esforço repetitivo**. In: A violência oculta do trabalho. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2018.

SILVA, Juremir Machado. *Raízes do conservadorismo: a abolição na imprensa e no imaginário social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SOUZA, Edvânia Ângela de. Assédio moral e reforma trabalhista: entrevista com Margarida Barreto. **Katalyses**. vol.22 no.3. Florianópolis Sept./Dec. 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802019000300641](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802019000300641). Acesso em: 28, fev., 2020.

VILLA-LOBOS, Dado; BONFÁ, Marcelo; RUSSO, Renato. **Música de Trabalho**. Disponível em: <https://www.letas.mus.br/legiao-urbana/46956/>. Acesso em: 28, fev., 2020

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Aposentadoria 51, 53, 77, 148, 166, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276

Assistente social 34, 35, 36, 57, 59, 65, 83, 90, 91, 92, 93, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 115, 116, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 128, 130, 132, 133, 137, 142, 144, 156, 158, 164, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 201, 211, 212, 213, 220, 249, 254, 256, 275, 276

Ato infracional 113, 114, 115, 188, 189, 191

### B

Benefício de prestação continuada (BPC) 63, 84, 141

### C

Cadastro único 84, 87, 138, 140, 154, 172

Capitalismo monopolista 16, 26, 28, 106, 109

Centro de referência especializado da assistência social (CREAS) 108

Código de ética profissional 142

Conselhos de assistência social 38, 39, 41, 43, 47

Coronavírus 133, 134, 138, 139, 145, 148, 152, 154

Covid-19 122, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 250

### D

Desigualdade social 56, 77, 94, 100, 136, 141, 163, 166, 217, 242

Direitos humanos 2, 13, 35, 61, 64, 66, 79, 82, 89, 119, 157, 167, 174, 187, 190, 194, 195, 196, 201, 228, 234, 256

Direitos sociais 3, 13, 30, 31, 33, 36, 40, 50, 54, 55, 61, 72, 73, 77, 80, 81, 82, 85, 87, 88, 94, 106, 109, 120, 121, 123, 124, 130, 131, 137, 147, 150, 165, 211, 223, 231, 238, 241, 254, 277

### E

Envelhecimento 122, 123, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 247, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 272, 273, 276

Espaço sócio ocupacional 115

Estágio curricular obrigatório 253



## **F**

Feminicídio 193, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 204, 205, 206, 211, 213, 214, 216, 223, 226

## **G**

Grupos de convivência 122, 123, 125, 127

## **I**

Idoso 45, 63, 68, 71, 76, 80, 82, 83, 84, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 141, 172, 247, 255, 257, 270, 274, 275

Índice de desenvolvimento humano (IDH) 84, 100

Invisibilidade 150, 233, 235, 243

## **J**

Judicialização 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78

## **L**

Lei Maria da Penha 192, 193, 194, 195, 199, 200, 201, 204, 205, 213, 215, 216, 218, 219, 221, 223, 225, 226, 228, 232, 238, 239

Lei orgânica da assistência social (LOAS) 42, 52, 63, 80, 84, 124, 175

## **M**

Marx 3, 8, 15, 17, 18, 19, 20, 26, 34, 37, 49, 58, 77, 78, 109, 120, 183, 232

Marxismo 6, 31

Medidas protetivas 113, 148, 150, 219, 226, 228, 238, 239

Mínimos sociais 95, 114, 150, 152, 167, 168, 169, 170, 174, 175

Movimento de reconceituação 29, 110, 183

## **P**

Política de assistência social 27, 29, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 48, 49, 54, 55, 62, 63, 65, 70, 72, 78, 79, 80, 81, 82, 86, 87, 88, 104, 114, 116, 124, 134, 135, 137, 138, 140, 142, 143, 145, 151, 211, 230

Política nacional de assistência social (PNAS) 41, 68, 81, 150

Políticas públicas 2, 3, 5, 11, 12, 30, 60, 63, 64, 65, 68, 73, 77, 78, 80, 81, 91, 94, 98, 100, 104, 105, 114, 123, 125, 127, 130, 134, 142, 150, 152, 153, 156, 158, 162, 163, 178, 193, 196, 198, 201, 203, 205, 209, 211, 214, 219, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 231, 235, 241, 243, 244, 247, 252, 255, 256

Políticas sociais 1, 12, 27, 30, 36, 37, 39, 40, 44, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 56, 57, 70, 71, 75, 77, 85, 91, 92, 93, 96, 100, 104, 105, 106, 108, 111, 120, 145, 154, 158, 163, 166, 212, 213, 234

População em situação de rua 102, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165

Programa bolsa família 48, 54, 55, 58, 138, 140, 154

Projeto de extensão 233, 234, 235, 237, 238, 242, 277

Proteção social básica 63, 79, 81, 82, 101, 102, 114, 122, 125, 127, 129, 131, 133, 134, 137, 138, 154, 172, 173, 230

## **Q**

Questão social 8, 28, 29, 30, 36, 48, 49, 50, 51, 53, 57, 71, 77, 78, 80, 89, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 116, 120, 121, 126, 137, 138, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 165, 171, 182, 184, 187, 200, 212, 220

## **R**

Racismo 2, 215, 216, 217

Redemocratização 46, 166, 235

Reestruturação produtiva 16, 17, 21, 22, 25, 53

## **S**

Saúde do trabalhador 3, 14, 95, 245, 246, 249, 251

Saúde mental 12, 128, 139, 154, 164, 166, 171, 277

Seguridade social 3, 30, 40, 43, 52, 59, 62, 63, 70, 71, 76, 80, 81, 87, 95, 104, 124, 134, 135, 137, 138, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154, 155, 167, 170, 171, 229, 247

Serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF) 81, 138

Serviço social 1, 16, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 36, 37, 47, 48, 49, 57, 58, 59, 69, 89, 92, 93, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 116, 117, 120, 121, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 139, 143, 156, 157, 163, 164, 165, 174, 175, 176, 177, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 201, 203, 211, 212, 213, 214, 216, 219, 245, 248, 249, 250, 251, 253, 256, 274, 275, 276, 277

Sistema único de assistência social - SUAS 124

Sofrimento do trabalhador 4

## **T**

Totalitarismo 3

## **V**

Vínculos familiares 81, 125, 127, 150, 158, 159, 162, 163

Violência 4, 8, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 83, 100, 112, 113, 114, 126, 157, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244


Violência contra a mulher 193, 195, 197, 198, 199, 209, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 221, 223, 224, 226, 227, 231, 235

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 



# O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**  
Editora


Ano 2021

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 



# O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**  
Editora

Ano 2021